



## (Minuta) ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CBH FURNAS - 2025

1 Aos cinco dias de fevereiro do ano de 2025, às 14 horas, deu-se início à 1ª Reunião Ordinária do  
2 Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas (CBH Furnas) do ano de 2025,  
3 realizada por meio virtual através da plataforma Microsoft Teams, para tratar dos seguintes itens de  
4 pauta: **Item 1.** Abertura da sessão e verificação do quórum; **Item 2.** Aprovação da ata da 3ª Reunião  
5 Extraordinária ocorrida em 27 de novembro de 2024; **Item 3.** Informações sobre as alterações no  
6 apoio administrativo do Comitê e sobre o início do trabalho da AGEGRANDE; **Item 4.** Apresentação  
7 da 1ª Oficina do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) – Lívia Silva - AGEGRANDE; **Item 5.** Esclareci-  
8 mentos sobre as mudanças na Diretoria do CBH Furnas; **Item 6.** Apresentação das propostas de en-  
9 caminhamento e reforço para a Campanha Água Limpa Esgoto Zero na Represa de Furnas; **Item 7.**  
10 Assuntos gerais; **Item 8.** Encerramento. Estavam presentes na reunião os seguintes membros: Vladi-  
11 mir Rabelo Lobato e Silva e Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas –  
12 Igam); Hélio de Almeida Pereira (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG); Pe-  
13 dro Gustavo Ulisses Frederico (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentá-  
14 vel – Semad); Rony Henrique Leite (Município de Cabo Verde); Fausto Costa (Associação dos Municí-  
15 pios do Lago de Furnas – ALAGO); Daniel D’leslie Fernandes Botelho (Município de Campo Belo); Cris-  
16 tiane Marina dos Santos Novaes (Município de Alfenas); Lucas Toti Rocha (Alfenas Ambiental Trata-  
17 mento de Resíduos e Limpeza Urbana Ltda); Marco Aurélio Ribeiro e Ivan Renato Rodrigues (CO-  
18 PASA); Nathalia Luiza Fonseca Martins (FIEMG); Francisco Fernandes de Almeida Júnior (FAEMG);  
19 Gilson de Oliveira Wenceslau e Vicente Paulo Rodrigues (Associação Regional de Proteção Ambiental  
20 – ARPA); Carlos Frederico Loiola e Volmir Maida de Siqueira (CRBio); Clibson Alves dos Santos (UNI-  
21 FAL/MG); Thayse de Castro (Associação do Circuito Turístico Lago de Furnas – ACILAGO). Apoio: Fa-  
22 biana Monteiro de Moura Fernandes Campos (Igam); Convidados: André Luiz de Paula Marques, Lívia  
23 Côrrea Silva, Aline Alvarenga, Marina Mendonça Costa de Assis e Júlio César (Agevap), Robson Rodri-  
24 gues dos Santos e Felipe Silva Marcondes (Igam) e Gonzalo Vázquez (ANA). **Item 1.** Após a verificação  
25 do quórum deu-se início à reunião, o vice-presidente Carlos Frederico Loiola agradeceu a presença  
26 de todos e iniciou os trabalhos às 14h20min. **Item 2.** Aprovação da ata - A ata da 3ª Reunião Extra-  
27 ordinária, ocorrida em 27 de novembro de 2024, foi apresentada e Carlos Loiola solicitou a manifes-  
28 tação dos conselheiros sobre o documento. Todos os presentes aprovaram a ata sem abstenções ou  
29 ressalvas. Seguiu-se ao **Item 3.** Carlos Loiola informou sobre o início do trabalho da AGEGRANDE em  
30 março e já passou a palavra para Aline Alvarenga para que pudesse dar início à Oficina de apresenta-  
31 ção do Plano Plurianual de Aplicação (PAP) pautado no **Item 4.** Aline Alvarenga se apresentou como  
32 Diretora Interina após a saída do André Marques e informou que a Lívia Côrrea será o ponto focal da  
33 AGEGRANDE para atendimento aos CBHs do Grande. Tranquilizou a todos dizendo que mesmo com  
34 a saída do André logo depois da assinatura do Contrato de Gestão realmente assustou um pouco,  
35 mas que ele tinha uma base muito forte e passou isso para todos. Reforçou que a Agevap tem uma  
36 equipe muito competente, muito forte e muito dedicada e assegurou que estão muito empenhados  
37 em viabilizar a implementação do Contrato de Gestão dos sete comitês afluentes do Grande. Disse  
38 ainda que estão trabalhando para viabilizar também a assinatura do Contrato Federal da bacia do  
39 Grande. Aline Alvarenga passou a palavra para Lívia Côrrea, mas o microfone dela deu um problema  
40 e enquanto resolvia o problema, Carlos Loiola pediu para antecipar o assunto do Item 5. Dessa  
41 forma, informou sobre algumas mudanças que acontecerão na Diretoria do CBH Furnas. Esclareceu  
42 que como houve mudança na gestão dos municípios, o atual presidente do CBH, Matheus Alves, es-  
43 tava nomeado representando o município de Nepomuceno, porém, como não houve continuidade  
44 na gestão, ele foi desligado da Prefeitura e em breve será substituído. Explicou ainda que com a sub-  
45 stituição do Matheus, a Diretoria ficará sem presidente, pois o novo representante da Prefeitura de

46 Nepomuceno não assume automaticamente o cargo. Informou que em reunião com a Diretoria ficou  
47 acordado que ele como vice-presidente responderia interinamente pelo CBH Furnas, até resolverem  
48 se fazem a eleição agora ou esperam até setembro/outubro quando haverá a eleição de uma nova  
49 Diretoria em todos os CBHs mineiros. Frisou que ele, Jane e Thayse estão organizados e alinhados  
50 para dar continuidade as atividades do CBH. Nesse momento, Livia retornou à reunião já com os  
51 problemas do áudio solucionados e Carlos passou a palavra para que ela desse início a sua apresen-  
52 tação. Livia disse que a Oficina será apresentada por ela e pela Marina Assis e que o foco é falar sobre  
53 os investimentos, as ações que o CBH quer priorizar para investir. Lembrando que tudo deve estar  
54 baseado no Plano de Recursos Hídricos para garantir sua execução. Salientou que a participação do  
55 comitê é fundamental para priorizar as ações e garantir a capacidade de execução dos recursos.  
56 Apontou que ao final da Oficina, Marina irá apresentar alguns projetos e programas que já são exe-  
57 cutados em outras bacias. No início da apresentação reforçou que o Plano de Recursos Hídricos é o  
58 instrumento estratégico e que o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) tem um horizonte maior  
59 de planejamento. Citou também o Manual Operativo (MOP) que é um instrumento tático operacio-  
60 nal, que olha para dentro do Plano e estabelece ações de curto prazo, para os próximos cinco anos.  
61 Ele traz um detalhamento maior do Plano para poder tirar do papel aquelas ações que podem ser  
62 executadas em curto prazo. Citou também os dois instrumentos para operacionalização dos recursos  
63 da Cobrança, que são muito importantes, o PAP e o Plano Orçamentário Anual (POA). Explicou que o  
64 PAP abrange as ações onde tem investimento e qual será a destinação dos recursos arrecadados com  
65 a Cobrança. Lembrou que o POA já foi aprovado pelos Comitês no final de 2024 e financia todas as  
66 atividades operacionais da entidade equiparada. Citou a atualização do PIRH e disse que o foco está  
67 em priorizar as ações que podem ser executadas em curto prazo e garantir que sejam implementadas  
68 até o final do ciclo de 2030. Após explicar todo o contexto do Plano, afirmou que é necessário olhar  
69 também para o Contrato de Gestão que foi assinado em 2024 e que tem vigência até 2034, em que  
70 o Igam é o órgão gestor e a Agegrande é a entidade equiparada para atender os sete comitês mineiros  
71 da bacia do Rio Grande. O Contrato tinha algumas metas estipuladas, entre elas: o estudo da instala-  
72 ção da sede administrativa da Agência, que seria uma sede única para todos os CBHs e que será  
73 instalada no Sul de Minas. Outra meta estipulada diz respeito ao cronograma de aprovação do PAP,  
74 meta que estamos trabalhando no momento e que estamos cumprindo de acordo com o cronograma  
75 previsto. Outra meta já cumprida foi a aprovação do POA 2024/2025 por todos os CBHs. O Contrato  
76 de Gestão ainda estabelece para 2025 que a Agegrande tem até setembro para estar com a sede  
77 instalada. Frisou que estão trabalhando para que essa meta seja cumprida antes do prazo, para faci-  
78 litar a execução das atividades. Ressaltou que a grande meta a ser cumprida em 2025 é a implemen-  
79 tação da Secretaria Executiva, pois o Igam assumiu essa função por mais seis meses após a assinatura  
80 do Contrato e em março esse prazo finda e a Agegrande assume a competência de fazer a gestão  
81 executiva dos CBHs, criar os sites para cada Comitê, apoiar na execução do processo eleitoral das  
82 Diretorias e demais atividades demandadas pelos CBHs. Pontuou que neste ano, por causa de todo  
83 esse processo de estruturação da agência e também pelo início da arrecadação, não existe a expecta-  
84 tativa de que comecem a fazer investimentos. Apresentou um quadro com a expectativa de arrecada-  
85 ção prevista referente aos 92,5% e disse que irão trabalhar com um horizonte até 2029. Ao longo  
86 desses anos a estimativa é que trabalhemos com cerca de 63 milhões para investimento em todas as  
87 bacias. Estimou que o CBH GD3 terá aproximadamente 9 milhões para investimento nesse período e  
88 explicou que alguns investimentos serão compartilhados com os demais Comitês e outra parte será  
89 investida apenas na bacia do CBH Furnas. A previsão é que em 2026 comecem realmente a colocar o  
90 planejamento para rodar com mais celeridade. Ressaltou que esse trabalho de atendimento ao co-  
91 mitê é de transparência e disponibilidade de informação e que a partir de 2026 começam a trabalhar  
92 a questão de capacitação, mobilização, comunicação social, que é uma ansiedade que todos os Co-  
93 mitês apresentam e que também é uma atividade prevista para a Secretaria Executiva. Deixou claro  
94 que serão avaliados pelo Igam tanto pela execução física quanto pela execução financeira do PAP.  
95 Falou ainda sobre conseguir parcerias para investimentos. Quando a entidade consegue outros par-  
96 ceiros que invistam em projetos na bacia ganham bonificação e são mais bem avaliados incentivando  
97 esse tipo de ação. E isso é muito importante, pois todo mundo tem em mente que os problemas da

98      bacia são muito maiores do que os recursos hoje disponíveis e ninguém tem a expectativa que o  
99      recurso da Cobrança consiga solucionar todos os problemas relacionados à agenda de recursos hídri-  
100     cos dentro da bacia. Pediu para que tenham em mente o Pacto de Integração assinado por todos os  
101     Comitês em 2022/2023. O Pacto traz essa questão da gestão integrada dos recursos e fala que a  
102     entidade equiparada deverá elaborar um PAP integrado para todos os CBHs com os recursos da Co-  
103     brança, em conformidade com os respectivos PDRHs e aprovado por cada Comitê. Isso permitirá que  
104     um CBH possa investir um pouco mais ou menos em alguma ação, mas pensando sempre na capaci-  
105     dade da Agência e na capacidade de execução do recurso disponível. Resumindo explicou que o PAP  
106     deve “observar os princípios da economicidade, eficiência, otimizando as despesas e visando maxi-  
107     mizar os investimentos e resultados para a manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hí-  
108     dricos”. Falou um pouco sobre a Portaria Igam nº 52/2019 que estabelece os procedimentos e nor-  
109     mas para aplicação dos recursos e explicou em linhas gerais que o PAP estabelece as diretrizes para  
110     aplicação dos recursos oriundos da Cobrança pelo uso de recursos hídricos, e de acordo com a legis-  
111     lação deve ser proposto pela AGEGRANDE e aprovado pelos CBHs. Frisou que o PAP deve contemplar  
112     os componentes e programas dos PDRHs e as ações priorizadas no período de vigência do Contrato  
113     de Gestão e que pode ser revisado anualmente com as alterações sendo validadas para o ano subse-  
114     quente. Disse que como o PAP tem dez anos de vigência irão trabalhar com dois ciclos de planeja-  
115     mento – 2025/2029 e 2030/2034 para adquirirem maturidade ao longo do processo. O planejamento  
116     é que sejam realizadas pelo menos duas oficinas por Comitê para apresentar o PAP e tentar pactuar  
117     e definir o máximo possível de ações e após essas oficinas já levar o Plano para aprovação das plená-  
118     rias. Dando continuidade, falou que o PAP é estruturado em eixo, subcomponente, ação programada  
119     e atividade. Essa estrutura de certa forma, conversa um pouco com o Plano e vai se adequando a ele.  
120     Os eixos são determinados pelas normativas do Igam, sendo que o primeiro eixo de Programas e  
121     Ações de Gestão compreendem as ações que visam garantir a qualidade e quantidade dos recursos  
122     hídricos, seja no trabalho de diagnóstico, sensibilização da população da bacia hidrográfica etc, que  
123     entra muito naquela questão de educação ambiental e mobilização. O segundo eixo se refere aos  
124     Programas e Ações de Planejamento e objetivam apoiar os investimentos que contribuam para ins-  
125     trumentalizar e aprimorar a gestão de recursos hídricos relativo às ações de planejamento por meio  
126     do desenvolvimento de instrumentos estabelecidos pela Política Estadual de Recursos Hídricos. O  
127     terceiro eixo se refere ao Programa e Ações Estruturais que são as obras de engenharia que visam a  
128     implementação dos projetos desenvolvidos relativos à melhoria da qualidade e quantidade de água  
129     da bacia, incluindo ações não estruturais voltadas para o combate à causa dos problemas. Posterior-  
130     mente apresentou uma estrutura inicial do PAP sem muito detalhamento, para que os conselheiros  
131     entendam o que precisa ser feito a curto prazo e para que na próxima oficina possam discutir as  
132     prioridades na bacia. Lívia finalizou sua parte da apresentação e passou a palavra para Marina Assis  
133     que apresentou os programas e projetos implantados em outras bacias atendidas pela Agevap, entre  
134     elas a do Rio Paraíba do Sul e Rio Doce. Frisou que essa apresentação vai ajudar a dar mais visibilidade  
135     sobre esses projetos integrados realizados nessas bacias. Disse ainda que a ideia é mostrar coisas  
136     práticas que a Agevap tem feito nessas linhas temáticas e ajudar a pensar algo mais concreto e per-  
137     sonalizado para a realidade da bacia. Mostrou projetos como o SIGA – Sistema Integrado de Gestão  
138     das Águas; projetos focados na Segurança Hídrica e Eventos Críticos onde há um aporte de recursos  
139     para elaboração de projetos e depois a execução de obras nessa parte de incremento de água, de  
140     abastecimento. Falou também sobre o Sistema de previsão de vazões e níveis, projeto que abrange  
141     a bacia do Rio Doce e tem a parceria da CPRM. Frisou nesse caso a importância das parcerias, con-  
142     forme foi falado pela Lívia anteriormente. Apresentou também o PROTRATAR – Programa de Trata-  
143     mento de Águas Residuárias da Bacia do Rio Paraíba do Sul que tem foco no saneamento e esgota-  
144     mento sanitário. Falou sobre o Programa Sanear Guandu que é um programa de esgotamento sani-  
145     tário de áreas periurbanas e rurais da bacia do Rio Guandu, em Resende/RJ. Apresentou ainda o Pro-  
146     grama Mananciais, que é um programa que da bacia do Paraíba do Sul com enfoque em ações con-  
147     juntas para conservação e recuperação nas microbacias. É um programa da agenda de infraestrutura  
148     verde, mas que também tem o tratamento de esgotamento sanitário. Mostrou também o Programa  
149     Rio Vivo focado no isolamento e proteção de nascentes na bacia do Rio Doce e o PSA da bacia do Rio

150 Doce. Marina falou um pouco também sobre os dois formatos de contratação: 1. quando a entidade  
151 equiparada, licita diretamente, fazendo um acompanhamento mais direto e 2. Quando a entidade  
152 equiparada, junto com o município, faz um edital de chamamento público. Apresentou um fluxo-  
153 grama com as etapas do PAP, da sua construção (momento atual) até a sua implementação. Finalizou  
154 a apresentação dizendo que é importante elaborarem o PAP de forma mais realista possível, dentro  
155 da realidade da bacia e dentro da realidade operacional. Livia e Marina se colocaram à disposição  
156 para os questionamentos e dúvidas. Carlos Loiola agradeceu a apresentação e a presença de André  
157 Marques e abriu a palavra para os conselheiros, que se manifestaram contribuindo com a discussão.  
158 As discussões foram muito ricas e o debate foi muito importante para que todos os presentes pudes-  
159 sem compartilhar ideias, experiências, questionamentos e dúvidas. A equipe da AGEGRANDE esteve  
160 o tempo todo auxiliando, respondendo as dúvidas e dando suporte aos questionamentos. Como o  
161 debate se prolongou, o vice-presidente Carlos Loiola sugeriu deixar o Item 6. que seria a apresenta-  
162 ção das propostas de encaminhamento e reforço para a Campanha Água Limpa Esgoto Zero na Re-  
163 presa de Furnas para a próxima reunião e todos concordaram. **Item 7.** Ficou acordado entre os pre-  
164 sentes que a 2ª Oficina do PAP será realizada no dia 17/02/2025 no período da tarde. Definiram ainda  
165 que será realizada uma reunião plenária extraordinária, para aprovação do PAP no dia 10/03/2025,  
166 provavelmente presencial em Alfenas. Aline Alvarenga agradeceu a oportunidade e disse que a reu-  
167 nição foi muito produtiva. Carlos Loiola agradeceu a presença de todos e a reunião foi encerrada às  
168 16h50min.